CONFEA Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
CREA Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia
mútua Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea

# Relatório Mensal

**Período:**
20/06 a 20/07

Proposições prioritárias em tramitação no Senado e no Congresso Nacional

Principais tramitações e propostas apresentadas.

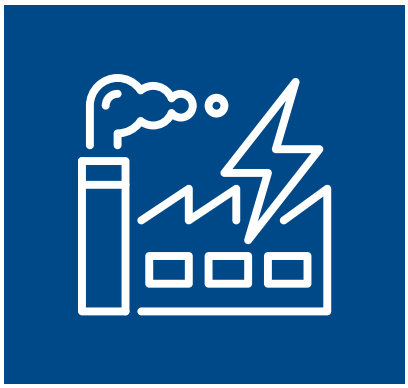
# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## REDES DE INFRAESTRUTURA

De autoria do deputado Domingos Neto (PSD-CE), foi apresentado na Câmara dos Deputados o PL 2963/2024, que dispõe, entre outros, sobre as redes de infraestrutura de cabeamento subterrâneo para transmissão de energia elétrica e comunicações. O texto aguarda despacho pela Mesa.

## CRÉDITOS DE MICRO E MINIGERAÇÃO DISTRIBUÍDA

Aberto prazo para emendas ao PL 1228/2023, que trata da aquisição de créditos de energia elétrica provenientes de micro e minigeração distribuída. A proposta aguarda designação de relator na Comissão de Agricultura.



## USINAS TERMELÉTRICAS

Apresentado na Câmara dos Deputados o PL 2941/2024, de autoria da deputada Loreny (Solidariedade-SP). A proposta visa definir regras para instalação e funcionamento de usinas termelétricas sob o argumento, segundo a autora, de que a crescente demanda por energia no Brasil e a busca da diversificação da matriz energética têm impulsionado a construção de tais infraestruturas, sendo necessária análise mais criteriosa na liberação das licenças ambientais.

## INSPEÇÃO ACREDITADA

Despachado às Comissões de Administração e Serviço Público, Finanças e Tributação e Constituição e Justiça o PL 2372/2024, de autoria do deputado Flávio Nogueira (PT-PI). A proposta dispõe sobre o uso da inspeção acreditada de empreendimentos de infraestrutura no âmbito de obras públicas, concessões e parcerias público-privadas. Pelo texto, compete ao Inmetro definição dos mecanismos para inspeção dos empreendimentos.

## HIDROGÊNIO VERDE

Aprovado pela Câmara dos Deputados o PL 2308/2023, que dispõe sobre a definição legal de hidrogênio combustível e de hidrogênio verde. Segundo os autores, a definição em lei irá garantir com clareza a "certidão de nascimento" desses combustíveis, sinalizando o compromisso com o desenvolvimento sustentável e a transição para uma economia de baixo carbono. O texto segue para a sanção.

## CONSELHO FEDERAL

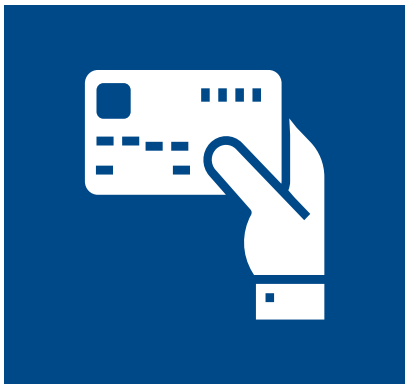
O deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ) apresentou o PL 2638/2024, que dispõe sobre a aplicação da renda líquida dos Conselhos Federal e Regional de Engenharia e Agronomia, bem como da Mútua, aos profissionais dessas áreas. Pela proposta, a destinação dos recursos poderá ocorrer para medidas de aperfeiçoamento técnico e cultural, bem como remuneração de engenheiros pela emissão de laudo de inspeção técnica de edificações atingidas por eventos declarados como de utilidade pública.

## REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o PL 68/2024, que dispõe sobre a regulamentação da Emenda 132 – Reforma Tributária. Entre os dispositivos, o texto prevê tratamento diferenciado às atividades de cunho intelectual, aplicando redutor de 30% também à engenharia e à agronomia. A proposta segue para deliberação do Senado Federal.

## ENGENHARIA NATURAL

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável recepcionou o PL 2254/2024, de autoria do deputado Amom Mandel (Cidadania-AM). A proposta institui o Programa Nacional de Incentivo para Soluções de Engenharia Natural em Zonas de Risco, visando à prevenção de deslizamentos e inundações mediante o uso de técnicas de engenharia natural.



## CARTÃO RECONSTRUIR

Aguarda designação de relator na Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional o PL 3141/2023, que institui o Programa Cartão Reconstruir. O texto é oriundo do Senado Federal, de autoria do senador Sérgio Petecão (PSD-AC), e prevê a concessão de subvenção econômica para aquisição de materiais de construção para reforma, ampliação ou conclusão de unidades habitacionais de grupos familiares afetados por situações de desastres.

## GEOFÍSICOS

Aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados o PL 7686/2017, de autoria do senador Romário (PSB-RJ) e relatoria do deputado Chico Alencar (PSOL-RJ). O texto trata da regulamentação da profissão de geofísico e aguarda fluência do prazo para apresentação de recurso. Decorrido o prazo, a proposta segue para sanção.

## RETOMADA DE OBRAS

Encontra-se pronto para pauta o PL 780/2024, que autoriza a retomada de obras e serviços de engenharia destinados ao saneamento em áreas urbanas e rurais. O parecer da relatora, deputada Lêda Borges (PSDB-GO), é pela aprovação na Comissão de Desenvolvimento Urbano.

## FERTILIZANTES

Com parecer do relator, deputado Júnior Ferrari (PSD-PA), pela aprovação, encontra-se pronto para pauta na Comissão de Minas e Energia o PL 699/2023, que institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert). O texto é oriundo do Senado Federal, de autoria do senador Laércio Oliveira (PP-SE).

# SENADO FEDERAL

## RISCOS DE DESASTRES

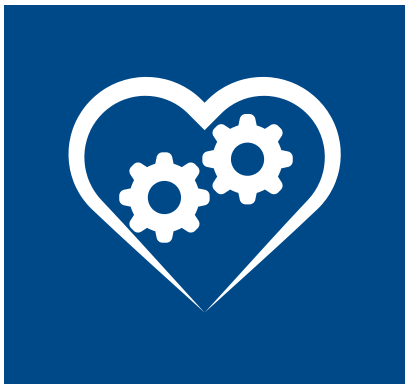
O senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) apresentou o PL 2946/2024, que tem como objetivo estabelecer medidas voltadas à redução de riscos de desastres decorrentes de mudanças climáticas, bem como prevenir os riscos de ocorrência e mitigar os seus efeitos nos ambientes urbano e rural. O texto aguarda despacho pela Mesa do Senado.

## SISTEMA DE MONITORAMENTO DE DESASTRES

Aguarda despacho no Senado Federal o PL 2781/2024, proveniente da Câmara dos Deputados. De autoria do deputado Glauber Braga (PSB-RJ), o texto dispõe sobre o Sistema Nacional de Informações e Monitoramento de Desastres, base de dados compartilhada entre os integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, que tem como objetivos, entre outros, a coordenação unificada, atualização permanente e disponibilização de informações.

## INSPEÇÃO DE ALIMENTOS ARTESANAIS

De autoria do senador Carlos Viana (Podemos-MG), o PL 531/2024 foi distribuído ao relator, senador Veneziano Vital do Rego, para emissão de parecer. O texto estabelece novo marco regulatório para a circulação, comercialização, fiscalização e inspeção de produtos alimentícios artesanais, bem como dos estabelecimentos que os produzem.



## SELO DE ENGENHARIA SOLIDÁRIA

Já aprovado pela Câmara dos Deputados, chegou ao Senado Federal o PL 4553/2023, de autoria do deputado Túlio Gadêlha (Rede-PE). A proposta institui o Selo de Engenharia ou Arquitetura Solidária destinado a empresas e profissionais que executarem ou financiarem projetos para atendimento de comunidades carentes, de mutuários e proprietários de imóveis. O projeto aguarda despacho.